



20 DE OUTUBRO DE 2011
Quinta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **PARA 60% DAS EMPRESAS, CRISE “CHEGA” EM 2012**
- **PDVSA DEU GARANTIAS PARA REFINARIA EM PE**
- **BANCOS DO PAÍS SE ADAPTARÃO FÁCIL À BASILEIA 3**
- **ARRECAÇÃO FEDERAL SOBE, MAS CONTINUA A PERDER RITMO**
- **A DOIS MESES DO FIM DO ANO, EXPORTAÇÃO JÁ É RECORDE**
- **PRODUTORES DE FERRO-GUSA ENFRENTAM SUA PIOR CRISE**
- **PARA FMI, REAL TEM POTENCIAL PARA SE INTERNACIONALIZAR**
- **PREVIDÊNCIA REDUZ O PASSO**
- **RECEITA PRORROGA OBRIGATORIEDADE DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL**
- **CHINESA SHACMAN ANUNCIA FÁBRICA NO BRASIL**
- **FIAT LANÇA CHRYSLER COMO LANCIA E CONFIRMA LUCRO PARA 2011**
- **MAN: CONSÓRCIO MODULAR GANHARÁ MAIS DE R\$ 1 BI**
- **VENDAS DE AUTOPEÇAS CRESCEM 10,9%**
- **HELLER DO BRASIL FABRICA OS PRIMEIROS CENTROS DE USINAGEM DA NOVA SÉRIE**
- **NOVAS MONTADORAS VÃO ELEVAR EM 2 MILHÕES A PRODUÇÃO DE AUTOMÓVEIS**

Câmbio Em 20/10/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,768	1,768
Euro	2,439	2,441

Fonte: BACEN

Para 60% das empresas, crise "chega" em 2012

20/10/2011- Gazeta do Povo

Os empresários estão menos otimistas em relação ao desempenho da economia para 2012. Sondagem realizada pela Paraná Pesquisas com exclusividade para a Gazeta do Povo revela que 59% das companhias acreditam que a crise econômica internacional vai afetar seus negócios no próximo ano.

Nesta edição, o percentual de empresários que preveem crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro também caiu em relação às sondagens anteriores. Das 76 empresas de grande porte ouvidas pela Paraná Pesquisas, 68% projetam crescimento econômico para o Brasil em 2012.

Câmbio é principal preocupação

A sondagem da Paraná Pesquisas mostra que câmbio, falta de mão de obra qualificada, carga tributária, retração de mercado, crise internacional e crédito são principais problemas das empresas neste momento. O dólar permanece como a principal fonte de preocupação dos empresários, principalmente aqueles que são afetados pela concorrência com produtos importados ou que são exportadores.

A Brafer Construções Metálicas, de Araucária (região metropolitana de Curitiba), viu dobrar a entrada de produtos de concorrentes asiáticos no Brasil. "Os preços dos produtos asiáticos chegam extremamente baixos aqui. Uma estrutura fabricada na China consegue chegar a Recife custando menos que uma montada em Curitiba. É uma concorrência muito pesada. As grandes multinacionais do setor estão com o olho grande sobre o Brasil", afirma Luiz Carlos Caggiano, vice-presidente da empresa.

Mesmo assim, a empresa aposta que as obras de infraestrutura garantirão a demanda por seus produtos nos próximos anos.

“Estimamos que em 2012 o crescimento da economia será menor do que em 2011. Mas, mesmo assim, esse mercado deve gerar muitos negócios no futuro, quando as obras de infraestrutura começarem a sair”, acrescenta Caggiano, ao citar o plano de investimentos total de R\$ 152 milhões da Brafer, que contempla a ampliação da fábrica no Rio de Janeiro (R\$ 40 milhões), a construção de uma nova unidade em Juiz de Fora (MG), com R\$ 87 milhões, e uma nova linha de galvanização a fogo, por R\$ 25 milhões, em Araucária. Os aportes, que estão em curso desde 2010, devem ser concluídos em 2013, com o início da nova linha de galvanização.

Para as empresas de varejo, crédito e emprego serão decisivos na manutenção das vendas. “A economia brasileira vai continuar forte, com a migração e aumento do poder aquisitivo das classes sociais, só que num ritmo menor que o dos últimos dois anos. Os investimentos para a Copa e Olimpíada também vão ajudar as vendas em 2012”, diz Antonio Roberto Gazin, diretor comercial da rede de lojas Gazin, que tem 168 unidades e fatura R\$ 1,7 bilhão por ano. O executivo diz acreditar que a oferta e a liberação de crédito será muito mais criteriosa no ano que vem. “No nosso caso, onde temos carteira própria, esse controle e cuidado serão redobrados”, afirma.

Embora maioria, o número é menor do que o registrado nas edições anteriores da sondagem – 77% previam crescimento para 2011 e 96% para 2010. Vale lembrar que em 2009 a economia registrou recessão, o que ajuda a explicar o otimismo recorde para o ano seguinte. “A pesquisa mostra o pior resultado dos últimos três anos. Os números ainda são bons, mas pode-se dizer que a luz amarela começa a aparecer. O empresariado está mais cauteloso”, afirma Murilo Hidalgo Lopes de Oliveira, diretor da Paraná Pesquisas.

Pela primeira vez em três anos, uma parcela do empresariado prevê recessão para 2012. Ao todo, 4% projetam que a economia pode encolher no próximo ano. A maior parte das empresas, no entanto, prevê um crescimento do PIB de 3% a 4%, mas cresceu o percentual dos que acham que a economia vai crescer até 2% e caiu o dos que preveem crescimento de 5%.

Para a maioria dos empresários, ainda não estão bem claros os possíveis desdobramentos da crise nos seus negócios, embora a maioria acredite que será, de alguma forma, afetada por ela. A crise global anterior, que surgiu em setembro de 2008, secou o crédito para investimentos em um primeiro momento e mexeu com a cotação do dólar e com a demanda internacional, com reflexos também nas exportações.

Investimentos

Apesar de estarem em alerta, 73% dos empresários dizem que vão manter ou aumentar os investimentos em 2012. No entanto, subiu o percentual dos que vão cortar recursos no próximo ano – de 8% para 18%.

“Há um sinal claro de que a crise, que se fortaleceu na Europa nos últimos meses, não é tão passageira assim. Esse sinal está sendo dado também pelo governo, que vem

reduzindo a taxa de juros porque entende que a economia brasileira deve crescer menos e ser mais afetada desta vez”, afirma Christian Luiz da Silva, professor de Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Segundo ele, setores que têm maior ociosidade nas linhas de produção tendem a postergar investimentos.

Apesar das projeções mais pessimistas para 2012, a boa notícia é que as empresas não preveem grandes alterações para o cenário de emprego. Cerca de 37% vão contratar mais no próximo ano e 55% planejam manter o mesmo número de trabalhadores, pouco abaixo do porcentual verificado na pesquisa anterior (58%).

De maneira geral, as empresas já entraram no segundo semestre com uma perspectiva de menor ritmo para a economia. A indústria tem apresentado uma desaceleração nas vendas em relação ao ano passado, lembra o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo. “As empresas estão mais cautelosas, mas o Brasil permanece como foco atrativo de investimentos no médio prazo”, diz.

PDVSA deu garantias para refinaria em PE

20/10/2011- Gazeta do Povo

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, disse ontem a parlamentares que as garantias da estatal venezuelana PDVSA para participação na refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, são satisfatórias. As negociações são para que a empresa venezuelana adquira 40% do capital social da refinaria e, portanto, se responsabilize por 40% de uma dívida contraída com o BNDES. “Não estamos dando esse dinheiro para a Venezuela. Emprestamos para a Petrobras, no auge da crise, um contrato equivalente a R\$ 10 bilhões. O contrato é feito com a Petrobras, que está construindo a refinaria. Mas a PDVSA se associará a ela, então se cria um problema. Ao entrar como sócia, uma fração do financiamento terá de ser alocada a ela. Mas a PDVSA oferecerá garantias bancárias de alta qualidade para que tenhamos total segurança.”

Bancos do país se adaptarão fácil à Basileia 3

20/10/2011- Gazeta do Povo

Os bancos brasileiros vão conseguir se adaptar às novas regras de capital, chamadas de Basileia 3, mantendo os atuais níveis de retenção de lucros, disse o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal. Para ele, o cronograma adotado, com ajustes graduais até 2019, e a alta capitalização dos bancos locais vão permitir que as instituições financeiras do Brasil se enquadrem às regras sem maiores sobressaltos. O presidente da Febraban destaca que o novo arcabouço regulatório do BC vai permitir uma maior convergência da regulação prudencial com outros países, o que vai limitar o espaço para arbitragem regulatória em um momento que os bancos brasileiros têm aumentado sua presença em outros países.

Arrecadação federal sobe, mas continua a perder ritmo

20/10/2011- Gazeta do Povo

A arrecadação de tributos federais cresceu 7,5% em setembro na comparação com o mesmo mês do ano passado e somou R\$ 75,1 bilhão, informou a Receita Federal. Em relação a agosto, a arrecadação ficou praticamente estável, subindo 0,1%, já descontada a inflação do período. No ano, o recolhimento de impostos voltou a dar sinais de desaceleração. De janeiro a setembro, o crescimento é de 12,6% (comparando com o mesmo período do ano anterior), contra uma alta de 13,2% registrada de janeiro a agosto. O total arrecadado soma R\$ 717 bilhões.

A dois meses do fim do ano, exportação já é recorde

20/10/2011- Gazeta do Povo

As exportações brasileiras ultrapassaram anteontem a marca dos US\$ 200 bilhões em 2011, segundo o Ministério do Desenvolvimento (MDIC). Desde janeiro o Brasil exportou US\$ 202,1 bilhões, mais que o contabilizado em todo o ano de 2010, até então recorde (US\$ 201,9 bilhões). Para a secretária de Comércio Exterior do ministério, Tatiana Prazeres, o feito indica "como o país vem conseguindo enfrentar a atual crise econômica". A meta do ministério para as exportações brasileiras para o ano de 2011 é de US\$ 257 bilhões, 27% acima do total exportado em 2010.

Produtores de ferro-gusa enfrentam sua pior crise

20/10/2011- Valor Econômico

Produzir ferro-gusa é o negócio da família de Gustavo Costa Paulino desde os anos 70. Foi nessa época que seu pai, Afonso Paulino, fundou com sócios uma siderúrgica no município de Sete Lagoas, a noroeste de Belo Horizonte. Os primeiros clientes eram empresas de São Paulo e Santa Catarina. Mas logo o ferro-gusa da Siderúrgica Paulino (Siderpa) começaria a ser exportado para os EUA e Europa. A empresa passou de 60 funcionários para cerca de 500, ganhou altos-fornos mais potentes - passando a ter um com capacidade para produzir 7 mil toneladas e o outro para 11 mil. Como todo o setor, os Paulino passaram pelas oscilações que são a marca registrada da indústria de gusa e, como todo o setor, chegaram a 2008 com a produção beirando os 100% de sua capacidade.

Mas então veio a crise financeira mundial. A Siderpa parou de abril a outubro de 2009. Foi a primeira paralisação desde 1970. Quando voltou a operar, retornou só com um dos fornos, o menor.

Com câmbio desfavorável, com apetite externo reduzido e com custos do carvão e do minério de ferro nas alturas, o setor ficou de cabeça para baixo. A maior parte das empresas não se recuperou do tombo. E produzir gusa é hoje um negócio duvidoso. "Nos últimos anos, passou a valer mais a pena produzir e vender carvão vegetal do que ferro-gusa", diz Gustavo Paulino, superintendente comercial da Siderpa.

Com as grandes economias patinando e horizonte de mais crise, as perspectivas para o gusa são nada positivas

Ferro-gusa é o primeiro estágio de transformação do minério de ferro. Ele é produzido a partir da fusão entre o minério de ferro bruto e o carvão, além de calcário e outros materiais fundentes, em fornos que passam dos 1.300 graus Celsius. Os lingotes de gusa são usados por aciarias (que o beneficiam para produzir aço) ou por empresas de fundição que agregam outros materiais para fabricar peças fundidas, por exemplo, de motores de carro. Como gostam de dizer os produtores, com gusa se faz de alfinete (que é de aço) a motores de navio e turbinas (que são fundidos).

Minas Gerais, com suas 64 usinas de gusa é o maior produtor do país. Responde por cerca de 60% da produção nacional. O Brasil não importa ferro-gusa. Ao contrário, é um grande exportador.

Em 2007, antes da crise encolher a indústria, as usinas do Estado empregavam direta e indiretamente 50 mil trabalhadores. Naquele ano, a produção chegou a 5,5 milhões de toneladas. Em 2011, as usinas de Minas empregam menos da metade de trabalhadores do que há quatro anos e deverão fechar o ano produzindo 3,5 milhões de toneladas, segundo estima o Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (Sindifer). O faturamento esperado para este ano é de cerca de R\$ 4 bilhões, ante os quase R\$ 6,5 bilhões de 2007. Cidades que cresceram nas últimas décadas com o impulso da economia guseira se desorganizaram. Sete Lagoas, por exemplo, viu de repente 4 mil trabalhadores na rua.

"É um setor que está agonizando", diz Sebastião Maciel, porta-voz da Itasider, outra siderúrgica de gusa com sede em Sete Lagoas. "Desde a crise, todos os cinco fornos das usinas estão abafados porque não vale a pena, você paga para produzir." Dos cerca de 800 funcionários, sobraram uns 60.

Vários "guseiros" de Minas Gerais estão desde a crise de 2008 parados, como a Itasider. Outros conseguiram voltar a operar, mas apenas com parte de sua capacidade. Todos eles foram vítimas de uma sequência desastrosa de ocorrências.

O que, em resumo, atropelou o setor foi: os produtores de gusa de Minas e também os do norte do país tinham uma grande dependência do mercado externo, em particular dos EUA e da Europa - mercado que minguou. Sem tanto apetite desses dois compradores, o mundo passou a ter excesso de aço e isso enfraqueceu ainda mais a demanda por gusa.

Ao mesmo tempo, com os preços do minério de ferro e do carvão nas alturas - muito em função da demanda chinesa -, as margens de ganho dos produtores de gusa despencou. Ferro e carvão são os elementos chave dos guseiros. E para coroar o desastre, o câmbio minou as energias do setor que, em Minas, exportava metade do que produzia.

Em setembro, veio a primeira boa notícia em anos: o dólar voltou a se valorizar frente ao real. "O problema do gusa é o câmbio. Rússia e Ucrânia, por exemplo, que também são produtores, mantêm suas moedas desvalorizadas e se protegem", disse Antonio Pontes, outro empresário do setor, há décadas no ramo. Para o Sindifer, com o dólar na casa de R\$ 1,70 a R\$ 1,80, o setor consegue ao menos equilibrar as contas mesmo com um mercado ainda desaquecido.

"Nos últimos três anos, trabalhamos com rentabilidade zero ou algum prejuízo; isso ocorreu com todos nós. Só subsistimos baixando os custos e cortando pessoal", diz Pontes numa sala de reunião da sede de sua empresa, o grupo Calsete, em Sete Lagoas. "Do mês passado para cá, com o dólar mais alto, passamos a ter uma rentabilidade de 8%", afirma.

O clima, no entanto, ainda é de cautela, com muitos produtores se perguntando se a taxa de câmbio de fato se manterá mesmo num patamar mais elevado. Não só isso: com as grandes economias do mundo patinando e com um horizonte de novas recessões, as perspectivas para o gusa parecem nada positivas.

"Não estamos vendo uma mudança muito grande no patamar de câmbio [que vinha vigorando antes da alta] e ao mesmo tempo há uma tendência de queda nos preços internacionais de gusa devido à redução global do consumo de aço", prevê Pontes.

"Para as usinas de ferro-gusa não integradas [aquelas que não pertencem a empresas que atuam em toda a cadeia do aço], as perspectivas não são favoráveis", diz ele. Para as usinas integradas, a situação é melhor porque o custo do gusa na fabricação do aço não é tão significativo quanto é o custo do minério e do carvão para as siderúrgicas que só fabricam gusa, acrescenta Pontes.

O empresário deixou de produzir ferro-gusa na usina de Sete Lagoas e passou a fazê-lo no município de Bacabeiras, no Maranhão. Foi uma permuta de ativos com o grupo Gerdau. Para Pontes, que vende 85% de sua produção para os EUA, a mudança reduziu as distâncias entre a planta e seus clientes.

Mas a crise o alcançou no Maranhão. Sua nova usina ficou parada praticamente todo o ano de 2008 e retomou as operações com apenas um de seus dois fornos. Seu faturamento desmoronou de R\$ 120 milhões antes da crise para atuais R\$ 50 milhões. "Ferro-gusa não é um grande negócio. Não tem muita rentabilidade porque os insumos são muito caros", resume.

Os custos do carvão aumentaram para 65% na fabricação de gusa; os do minério representam 20%, segundo estimativas do setor. Hoje a tonelada do carvão (tipo vegetal) já está em torno dos R\$ 300; a de minério, R\$ 150.

No fim de 2008, Pontes começou a diversificar seus negócios. Associou-se à BR Malls como minoritário na construção de um shopping (o primeiro e único) em Sete Lagoas. E passou também a investir em reflorestamento.

É o que também fizeram os Paulino, da Siderpa. Formaram uma floresta de eucaliptos de 20 mil hectares em uma área que abrange seis municípios da região centro-norte de Minas. Trata-se de uma fonte valiosa de carvão vegetal. Entre os produtores de gusa de Minas Gerais, uma visão que parece estar se tornando consensual é que se há alguma luz no fim do túnel para os produtores não integrados ela passa necessariamente pela aquisição e formação de florestas para que possa garantir uma fonte sustentável de carvão. O problema é que na época das vagas gordas, muitos acharam que isso não era prioridade. Agora, descapitalizados, quantos poderão fazer investimentos em florestas?

Uma lei estadual sancionada em 2009 estabelece que a partir de 2017 fica proibido o corte de mais de 5% da floresta nativa de cada propriedade para a produção de carvão. "Nós investimos com mais intensidade em floresta desde 2000. Mas ainda se conta nos dedos que tem plantação própria", diz Gustavo Costa Paulino. Com resultados, a Siderpa, segundo ele, atualmente só usa carvão próprio e ainda vende o excedente.

O setor do gusa tem um passado que o condena quando o assunto é carvão. Por décadas se abasteceu de carvão de fontes ilegais, produzidos a partir da derrubada indiscriminada de matas nativas. "Pelo tamanho do parque siderúrgico, Minas sempre consumiu muito carvão, que vem da Bahia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do

Sul, Maranhão e também do norte de Minas", diz Alison José Coutinho, superintendente do Ibama em Minas Gerais.

E se há ao menos um aspecto positivo relacionado à decadência do ferro-gusa em Minas Gerais, ele aparece nos resultados dos trabalhos de fiscalização da equipe de Coutinho. "Com o setor operando mais lentamente, o consumo de carvão ilegal diminuiu", diz ele. "Quem comprava de fontes clandestinas, passou a comprar de fornecedores legais porque a oferta de carvão aumentou. É uma lei de mercado."

Para FMI, real tem potencial para se internacionalizar

20/10/2011- Valor Econômico

O real é uma das cinco moedas de países emergentes com potencial para se internacionalizar, afirma o Fundo Monetário Internacional (FMI), em estudo preparado pelo seu corpo técnico e divulgado nesta quarta-feira.

Além do Brasil, os outros países que compõem o grupo dos Brics têm chances de internacionalizar as suas moedas, incluindo China, Rússia, Índia e África do Sul. Mas o real provavelmente será uma moeda regional e um ativo de reserva, a exemplo do dólar australiano. Já o yuan da China pode ter papel global, aponta o FMI.

"No longo prazo, as moedas dos países emergentes mostram potencial para atingir um papel mais amplo no uso internacional, similar ao de economias avançadas", afirma o estudo do FMI.

Na definição usada pelo FMI, internacionalização de uma moeda significa o seu uso fora das fronteiras do país que a emite, incluindo a compra de bens, serviços e uso como ativos financeiros em transações entre não residentes. Hoje, a principal moeda internacional é o dólar dos Estados Unidos. Também têm papel relevante o euro, o iene do Japão e a libra, além de moedas de outros países desenvolvidos, como da Suíça e Canadá.

O FMI analisou os fatores que, no último século, determinaram a internacionalização de moedas de países como o dólar americano, o iene e o marco alemão. Os mais importantes são o tamanho da economia, a rede de comércio internacional do país, o aprofundamento e liquidez do mercado financeiro local e a estabilidade e convertibilidade de cada moeda. Os países emergentes têm avançado bastante nesses quesitos nos últimos anos.

Nos casos dos países que compõem os Brics, afirma o FMI, existem evidências de seu maior uso no cenário internacional. "Por exemplo, o uso do real em derivativos no exterior aumentou 50% [nos anos recentes], dobrou para a rúpia indiana e o rublo russo e aumentou 12 vezes para o yuan chinês."

A fatia brasileira no comércio mundial se manteve constante nos últimos anos, nota o FMI, mas o país cresceu como parceiro comercial regional. O fato de o Brasil exportar commodities também favorece o uso de sua moeda como ativo financeiro, pois mantê-la em carteira é uma forma de importadores de produtos básicos se protegerem contra oscilações nos preços. O Brasil pontua bem também no quesito abertura da conta de capitais.

Por muitos anos, países emergentes limitaram o papel internacional de suas moedas. Entre os benefícios de ter uma moeda internacional, diz o FMI, estão a redução dos

custos de transações e redução dos custos de financiamento. Algumas estimativas indicam que o Tesouro dos Estados Unidos paga 0,6% menos nos seus títulos porque o dólar é uma moeda de reserva.

Os riscos, por outro lado, são a perda de controle sobre o volume de dinheiro em circulação e mais dificuldade para combater a inflação, já que as atividades internacionais fogem do controle dos bancos centrais nacionais. Também podem deixar os países mais vulneráveis à fugas de capitais.

Previdência reduz o passo

20/10/2011- Valor Econômico

Os fundos de previdência, que vinham, até então, resistindo à turbulência nos mercados, começam a mostrar sinais de desaceleração na captação de recursos, afetada pela saída dos investidores das aplicações em renda variável.

Em setembro, o aporte líquido nas carteiras de previdência privada aberta somou R\$ 1,94 bilhão, queda de 5,37% em relação ao registrado no mesmo período no ano passado, segundo levantamento da consultoria NetQuant em parceria com a Towers Watson.

A queda foi motivada pelos resgates nos portfólios que investem em ações, que acumularam no ano, até setembro, saída líquida de R\$ 5,30 bilhões, superior ao total arrecadado no mesmo período de 2010, que foi de R\$ 4,84 bilhões. "Em momentos de estresse nos mercados, os investidores acabam saindo das aplicações em renda variável, e não realocam, muitas vezes, seus recursos no mesmo momento", afirma Marcelo Nazareth, sócio-diretor da NetQuant. Para o executivo, no entanto, a queda da captação dos fundos de previdência é mais um movimento pontual, em função do aumento das preocupações com a crise da dívida soberana na Europa.

Com o desempenho fraco da bolsa neste ano, que acumula queda de 20,59%, os investimentos em renda fixa continuam em ritmo forte de crescimento, somando em setembro R\$ 2,64 bilhões de entrada líquida de recursos, aumento de 53% em relação ao mesmo período do ano passado. No ano, esses fundos acumulam aporte de R\$ 22,02 bilhões.

No mês passado, as carteiras de renda fixa que aplicam em títulos atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Notas do Tesouro Nacional - série B, com prazos mais curtos foram beneficiadas pela queda da taxa de juros desses papéis. Em setembro, o índice IMA-B5, que acompanha o desempenho dos papéis com prazo de vencimento de até cinco anos, apresentou alta de 1,66%, superior à variação de 0,94% do CDI no período.

O fundo Fram Capital Olsen Renda Fixa foi um dos que aproveitaram esse movimento, apresentando em setembro um ganho de 1,66%. Cerca de 75% da carteira está alocada em NTNs-B com prazo de vencimento até 2015. O rendimento desses papéis é composto por uma taxa prefixada mais a variação do IPCA. Em setembro, as taxas desses títulos passaram de 5,40% para 5,12%, o que fez os preços desses papéis recuarem, trazendo um impacto positivo para os fundos compostos por esses ativos quando marcados a mercado.

Para o gestor da Fram Capital Luciano Sobral, os prêmios desses papéis, no entanto, já estão menores. "Boa parte do movimento esperado de queda da taxa básica de juros já está refletida nesses títulos."

Oferecendo uma taxa real de juros de 4,96%, o maior retorno das NTNs-B com vencimento em 2015, segundo Sobral, deve vir do aumento da inflação. Isso porque os investidores acreditam que com a mudança da política monetária do Banco Central, que sinalizou para um movimento de afrouxamento monetário ao cortar a Selic para 12%, a inflação deve ficar acima do centro da meta, de 4,5% ao ano, pelo menos até 2012.

Com isso, o gestor vê maior oportunidade nas NTNs-B com prazo mais longo, com vencimento em 2020 e 2040, que ainda não tiveram um forte ajuste das taxas. Em 17 de outubro, esses títulos apresentavam um juro real um pouco acima de 5,60%.

Esses papéis, no entanto, não foram bem em setembro. O índice IMA-B5+, que acompanha o desempenho das NTNs-B com prazo superior a cinco anos, apresentou queda de 0,28% no mês passado.

O fundo da gestora, Fram Capital Previdência Renda Fixa, já está ajustado a esse cenário, com cerca de 80% da carteira alocada em NTNs-B com vencimento em 2020. O portfólio acumulava ganho de 10,21% no ano, o equivalente à variação do CDI no período. "Esse portfólio tende a ter uma performance melhor daqui para frente", diz Sobral. Fundada em 2007, a Fram Capital tem R\$ 390 milhões sob gestão, sendo R\$ 75 milhões em fundos de previdência.

O problema é que os investidores precisam se convencer de que é possível conviver com um juro real mais baixo, mais próximo do praticado no mercado internacional. O BC já deixou claro que o ritmo de queda da taxa de juros está relacionado ao impacto que a crise europeia e o crescimento menor da economia mundial devem ter sobre o comportamento da inflação no Brasil.

Para Sobral, a conjuntura vai permitir que isso seja feito pelo BC sem levar a um descontrole da inflação. No último relatório de inflação, divulgado no final de setembro, o BC sinalizou que adotará uma estratégia de cortes moderados da taxa de juros.

Para se ajustar às incertezas do cenário e aproveitar as oportunidades de curto prazo, a Santander Asset Management tem realizado uma gestão mais dinâmica dos fundos de previdência.

A posição prefixada em taxas de juros garantiu ao fundo Santander Renda Fixa XI Crédito Privado um retorno diferenciado, com ganho de 1,75% em setembro. "Terminamos o mês passado com uma posição prefixada em taxa de juros um pouco menor com a melhora do cenário externo", afirma Eduardo Castro, superintendente executivo da Santander Asset Management.

A maior parte dessa carteira está aplicada em NTNs-B com vencimento entre 2014 e 2020. "Evitamos as posições em títulos com prazos mais curtos que costumam ter maior volatilidade e menor liquidez", diz Castro.

Com a queda da taxa de juros, os gestores também veem boas oportunidades de ganho com os papéis de crédito privado.

Para Sobral, da Fram, alguns títulos atrelados a recebíveis imobiliários de empresas de grande porte e com bons ratings de crédito têm oferecido retornos interessantes. A Petrobras, por exemplo, chegou a emitir Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) que pagavam um prêmio de 100 pontos básicos (equivalente a 1%) acima do retorno oferecido pelas NTNs-B de mesmo prazo de vencimento, destaca Sobral. Além disso, o risco desses ativos é mitigado por apresentarem imóveis como lastro.

O fundo do Santander também aplica cerca de 20% a 30% do portfólio em papéis de crédito privado, principalmente em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) de grandes bancos.

O retorno médio dos fundos de previdência da categoria de renda fixa, no entanto, ficou abaixo do CDI, com ganho de 0,86% frente à variação de 0,94% do referencial.

Na renda variável, a busca por proteção para as posições em ações até garantiu um ganho adicional para as carteiras da Mapfre Seguros que podem aplicar até 49% em ações. Os fundos de investimento em cotas da seguradora: Corporate Multimercado Plus, Prevision Multimercado e Prevision Multimercado Plus foram destaque em termos de rentabilidade em setembro, superando o CDI.

As carteiras contavam com estruturas de trava de baixa, compostas por opções de venda do Ibovespa, que garantiam um ganho, se exercidas, caso a queda do índice fosse superior a 50 mil pontos e a 60 mil pontos. Em agosto, o Ibovespa bateu a mínima do ano de 48.668 pontos, e com isso a gestora exerceu as opções, o que proporcionou um retorno positivo para os portfólios. "Ganhamos com as duas posições e mantivemos agora apenas a barreira dos 50 mil pontos", afirma Mariano Cirello, diretor de investimentos da Mapfre Seguros.

Segundo o executivo, o que difere as carteiras é o tamanho das posições. As aplicações em ações, por exemplo, são maiores no Corporate Plus do que no Prevision. Mesmo assim, com a alta volatilidade no mercado acionário, a gestora reduziu as alocações em bolsa em todas as carteiras. Elas alcançam hoje no máximo 10% do portfólio. "Estamos mais posicionados em setores defensivos como energia, concessões de rodovias e bancos", diz Cirello.

Os fundos também contavam com uma proteção contra a alta do dólar, estruturada também por opções, que garantiria um lucro caso o dólar ultrapasse a cotação de R\$ 1,90, R\$ 2,00 e R\$ 2,50. No dia 22 de setembro, a moeda americana chegou a bater R\$ 1,95, maior cotação desde 1º de setembro de 2009, o que levou a gestora a realizar os ganhos. "Mantivemos apenas a trava de alta do dólar a R\$ 2,50", destaca Cirello.

Receita prorroga obrigatoriedade da escrituração fiscal digital

20/10/2011- Valor Econômico

Em razão da complexidade da Escrituração Fiscal Digital (EFD) do PIS e da Cofins, a Receita Federal prorrogou para fevereiro a obrigatoriedade da entrega do documento pelas empresas tributadas pelo lucro real. Isso inclui as companhias que possuem receita anual maior de R\$ 48 milhões ou que têm ganhos de capital oriundos do exterior. Levantamento realizado pela Fiscosoft com 570 empresas revela que 65,5% delas ainda não estão preparadas para cumprir a obrigação. Dos participantes da pesquisa, 33% são indústrias, 32% prestadores de serviços, 25% do comércio e 1%

do setor financeiro. Deste total, mais da metade deverá se enquadrar à EFD até fevereiro.

Os dados do levantamento revelam ainda que 41,1% disseram que seus sistemas não estão atualizados frente às constantes alterações na legislação das contribuições. Além disso, 61,8% das empresas declararam já terem recolhido as contribuições de forma incorreta por conta da complexidade das leis. Segundo Juliana Ono, diretora de conteúdo da FISCOsoft e coordenadora da pesquisa, isso acontece porque os custos são elevados para fazer uma atualização e análise diária das leis. "Dezenas de atos tributários são publicados por dia, a linguagem dessas regras é muito técnica e ainda é preciso saber interpretá-los", afirma Juliana.

A diretora lembra que, até hoje, muitas empresas usam créditos de PIS e Cofins indevidamente, assim como também deixam de usar alguns créditos para abater sua carga tributária por desinformação. "Apesar de ser um monstro de detalhes, a EFD do PIS e da Cofins realmente indica ao contribuinte qual é o entendimento do Fisco sobre o que é válido ou não", diz. O sistema avisa quando for escriturado um crédito considerado ilegal. A EFD foi criada pelo governo federal para coibir pedidos infundados de compensação de créditos de PIS e Cofins por contribuintes. A arrecadação de ambos os tributos equivale a 30% do total da arrecadação da Receita.

Chinesa Shacman anuncia fábrica no Brasil

20/10/2011- Newsletter Automotive Business

A fabricante chinesa de caminhões Shacman oficializa na próxima terça-feira, 25, sua intenção de instalar fábrica no Brasil, em local ainda a ser revelado. Em junho passado, o representante brasileiro da marca, a Metroshacman, com sede em Tatuí (SP).

O anúncio da fábrica será feito em São Paulo, no Anhembi, durante a 18ª Fenatran, por representantes da importadora Metroshacman e da fabricante chinesa Shaanxi Heavy Duty Automobile, que atualmente tem capacidade na China para montar 70 mil unidades/ano e exporta seus caminhões para 50 países.

Assim como vêm fazendo outras fabricantes nas últimas duas semanas, a Shacman provavelmente tentará ser incluída no regime diferenciado, ainda em gestação no governo, para novos produtores com intenção de instalar fábricas no Brasil, para dessa forma escapar da alta de 30 pontos percentuais imposta em setembro passado para o IPI pago por veículos importados de fora do Mercosul e México.

Fiat lança Chrysler como Lancia e confirma lucro para 2011

20/10/2011- Newsletter Automotive Business

Apesar do enfraquecimento do mercado europeu, o executivo-chefe do Grupo Fiat, Sergio Marchionne, confirmou as metas da companhia para 2011 e 2012, segundo informações da agência Dow Jones. Marchionne afirmou que o bom desempenho em outros locais, especialmente Brasil e Estados Unidos, compensa o recuo na Europa. "Não há necessidade de mudar os números", disse ele durante evento de

apresentação de dois novos modelos da Lancia, o sedã Thema e a minivan Voyager, na quarta-feira, 19, em Turim, Itália, onde fica a sede da companhia.

Depois de assumir o controle do Grupo Chrysler, em agosto passado, a Fiat revisou suas metas, projetando lucro de € 2,1 bilhões e receita de mais de € 58 bilhões este ano, já contando com a contribuição da empresa controlada nos Estados Unidos. Os números são levemente maiores do que os de 2010, mas excluem a Fiat Industrial, divisão de caminhões, tratores e motores diesel que reúne Iveco, CNH e FPT em uma companhia separada, criada em 2010, com balanço próprio. As previsões da Fiat para 2012 com a Chrysler ainda não foram divulgadas. Quase todos os lucros da montadora são gerados no Brasil, mas a fusão com a Chrysler deve mudar isso e reduziu a dependência que a companhia tinha da Europa.

MAN: consórcio modular ganhará mais de R\$ 1 bi

20/10/2011- Newsletter Automotive Business

O fanático corintiano Roberto Cortes, presidente da MAN Latin America, vai mexer no time, que está ganhando. Dia 23 de outubro, na abertura da Fenatran, no Anhembi, em São Paulo, ele abrirá a maratona de coletivas com jornalistas, das 9h00 às 9h30, com anúncio de investimento superior a R\$ 1 bilhão e revelará uma série de novidades para o consórcio modular da MAN em Resende (RJ), que completa 15 anos em 1º de novembro. "É Dia de Todos os Santos", lembra o CEO.

Para manter a liderança nas vendas de caminhões, Cortes propõe um jogo pesado aos sete parceiros de negócios em Resende, começando com o aporte bilionário a ser aplicado de 2012 a 201, na expansão das instalações e desenvolvimento de produtos e tecnologias, ampliando a força do polo sul-fluminense - que terá outros investimentos significativos da PSA Peugeot Citroën, em Porto Real, e da Nissan, que se tornará vizinha da MAN em Resende.

Os parceiros do consórcio modular acompanharão o passo da líder MAN. Em novembro começam as obras do parque de fornecedores, ao redor da fábrica de Resende, que terá na primeira fase a Meritor, Maxion e Suspensys. Em segunda etapa os outros quatro responsáveis pelos módulos na linha de montagem seguirão o mesmo caminho para executar pré-montagens e liberar espaço nas instalações principais.

O principal objetivo dos aportes é recuperar a agilidade da fábrica do consórcio modular, concebida na primeira metade nos anos 1990, sem perder a condição de obra prima. "Nada vai mudar na essência da fórmula", avisa Cortes, esclarecendo que a operação foi concebida para 77 veículos por dia, ou 18 mil por ano, e hoje, sob o mesmo telhado, a programação pode ter picos de 350 unidades diárias, o que eleva o potencial para 80 mil unidades/ano. O volume de produção este ano ficará pouco acima de 70 mil caminhões e chassis para ônibus. Em futuro próximo Resende terá capacidade para superar 100 mil veículos por ano.

Segredo começa em 3,5 t

"Estamos muito otimistas em relação ao futuro. Projetamos avanço de dois dígitos ao ano, depois de crescer 16% ao ano em uma década. Nesse ritmo precisamos de infraestrutura adicional", explica Cortes. Nada menos de R\$ 150 milhões irão para os novos caminhões MAN, começando pelo TGX. Mas há uma grande novidade, ainda sob sigilo, confiada a um grupo chefiado por Paulo Alleo, diretor de engenharia brasileiro,

que atua na Alemanha. Nos bastidores fala-se em uma nova família de veículos semileves, acima de 3,5 t.

O powertrain da MAN ganhará maior flexibilidade com tecnologias híbridas na área de combustíveis, combinando diesel, biodiesel, etanol e GNV, além de diesel de cana criado pela norte-americana LS9. Haverá sistemas hidráulicos para recuperação de energia em frenagem. "Motores elétricos ficarão para o futuro", admite Cortes.

Consórcio Modular

Inspiração de um grupo de brasileiros, baseada em conceitos do polêmico basco Ignácio López de Arriortúa, ex-vice-presidente mundial da Volkswagen que teve suas ideias desdenhadas pela General Motors, a fórmula do consórcio desconcertou a comunidade automotiva em meados dos anos 1990 e foi recebida com entusiasmo e incredulidade ao mesmo tempo.

Dois fatos precipitaram a aprovação dos planos para a fábrica de Resende, em 1994. O primeiro foi o fim da Autolatina, que reunia Volkswagen e Ford. O rompimento havia deixado a sócia alemã sem local para montar veículos comerciais, já que a unidade utilizada em comum, no Ipiranga, em São Paulo, pertencia à Ford. O segundo fato que apressou o sinal verde ao programa foi a falta de recursos para erguer uma planta convencional. A saída foi buscar sócios fortes, dispostos a colocar dinheiro no condomínio liderado pela então Volkswagen Caminhões e Ônibus. A proposta vingou e começou a corrida que, em prazo recorde, levou à inauguração da fábrica de Resende em 1º de novembro de 1996.

Enquanto desafiava modelos de manufatura em voga, a unidade automotiva fluminense propunha a redução de custos em 25%, com economia de estoques, transporte e armazenamento. A simplicidade logística também deveria contribuir para os resultados, com a Volkswagen no comando, mobilizando 200 profissionais e oferecendo suporte a outros 1,2 mil das parceiras do consórcio modular. As sete sócias passaram a enfrentar grau de complexidade exponencial e atravessaram aprendizado sem precedente. A Maxion, primeira na fila de montagem, passou a movimentar três centenas de componentes, enquanto no passado se limitava a entregar dois itens dos chassis.

Versão 2.0

Quinze anos depois, com resultados surpreendentes e a consolidação do condomínio, agora sob a liderança da MAN, dona da VWCO, os sócios foram convidados a implantar a versão dois-ponto-zero do consórcio modular, depois de diagnosticado o avanço de um inimigo mortal, capaz de asfixiar operações enxutas: o excesso de estoques. A fábrica voltará a ter agilidade com um tratamento de choque e deve recuperar o fôlego com obras de expansão e a criação do parque de fornecedores, onde Meritor, Maxion e Suspensys executarão tarefas de manufatura e pré-montagem.

A nova linha dos caminhões e chassis da marca MAN conviverá, lado a lado, com a produção dos veículos Volkswagen. Os limites atuais entre as marcas e entre os módulos são quase virtuais, permitindo o entrelaçamento e a otimização de recursos - não há paredes ou divisórias, desde a origem do projeto, concebido para a montagem de 50 caminhões por dia. Em 1981, quando a Volkswagen começou a fazer caminhões no ABC, foram montados 1.488, dos quais 1.344 foram comercializados.

Com mercado aquecido e uma boa dose de criatividade, a MAN se avizinha da contagem de 350 unidades por dia, alimentando o mercado local e as exportações em SKD, para México e a África do Sul. Em 2010 foram montados 57.442 caminhões e 10.625 chassis de ônibus, totalizando 68.067 unidades e registrando evolução superior a 5.000% em 29 anos.

Vendas de autopeças crescem 10,9%.

20/10/2011- Foundry Gate

A indústria brasileira de autopeças registra neste ano, até setembro, crescimento de 10,9% em faturamento frente ao mesmo período do ano passado, mas o ritmo de contratações vem recuando mês a mês, segundo dados do Sindicato da Indústria Nacional de Componentes para Veículos Automotores. As paradas nas montadoras, em consequência dos estoques elevados de carros, trazem à perspectiva de intensificação das demissões no segmento.

De acordo com o levantamento, as admissões, que vinham com alta de 11% em janeiro (em relação ao mesmo mês de 2010), em setembro estavam com expansão de 5,1%.

Isso se explica, entre outros motivos, por causa do real forte frente ao dólar, que leva muitas empresas a importarem, em vez de fabricarem localmente. Nos oito primeiros meses do ano, as aquisições desses itens do Exterior somaram US\$ 10,6 bilhões, enquanto as exportações totalizaram US\$ 7,3 bilhões.

Mauri Zaccarelli Mendes, diretor-geral da Pichinin, de Mauá, conta que observa crescimento de 20% nos resultados em relação ao mesmo período do ano passado, mas já registra queda de 25% nas vendas em setembro frente a agosto e, em outubro, deve ter declínio de mais 30%.

O executivo explica que sua indústria, que é de fundição de itens em alumínio, tem a demanda reduzida em razão das paradas e férias coletivas das montadoras. "As vendas de veículos diminuíram e o estoque está bastante alto". A Pichinin contava com 170 empregados em 2010, ampliou e agora tem 210, mas, se o cenário não melhorar, Mendes avalia que terá de haver cortes.

QUEDA - Se no levantamento do Sindipeças as vendas ainda são maiores do que em 2010, para pequenos empresários do setor, o cenário é mais crítico e já é de retração. Isso porque o atendimento direto às montadoras - que representa 69,3% do faturamento da indústria de autopeças - é, em grande parte, feito por grandes sistemistas (produtoras de sistemas automotivos).

Emanuel Teixeira, diretor da Metalmech, também de Mauá, já contabiliza queda de 7% na receita neste ano até setembro. Atualmente, sua empresa, que faz molas e artefatos de arame para o segmento, conta com quadro de 53 funcionários. No início do ano, tinha 62. Ele relata que, cada vez mais, a montadora não compra mais a peça, mas sim o subconjunto (por exemplo, o limpador do parabrisa), que passou a ser importado, em muitos casos.

Outro executivo, Claudio Armidoro, diretor da Ecoplas ABC, diz que a queda das vendas de sua empresa já chega a 27% neste ano. A companhia, sediada em São Caetano, produz cabos de acionamento de veículos. Atualmente, está com 75

funcionários. "Devemos fechar o ano com 50", diz. Ele cita que, desde junho, as montadoras têm emendado feriados para ajustar a produção por causa dos estoques elevados, o que prejudica a demanda pelos seus itens.

A conjuntura difícil também fez a metalúrgica MRS, de Mauá, demitir. Em 2010, tinha 230 funcionários, e agora está com 200. Para o diretor comercial, Celso Cestari, a importação de autopeças, somada à redução nas encomendas das fabricantes de veículos, impacta a atividade.

REGIME AUTOMOTIVO - O programa de regime automotivo, que elevou o Imposto sobre Produtos Industrializados para indústrias que não tiverem 65% de conteúdo nacional ou do Mercosul (ou seja fabricação de peças no Brasil ou em países do bloco comercial), não animou as empresas de autopeças da região.

Celso Cestari, da MRS, avalia que, do ponto de vista prático, não deverá ter impacto para a atividade e é lançado depois que o governo já tomou diversas medidas para conter o consumo e reduzir as compras financiada de carros, ao longo do ano. Outro empresário, Emanuel Teixeira, que também é diretor titular da regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em Santo André, igualmente põe em dúvida a eficácia do pacote. "Como vão controlar isso (os 65% de índice de conteúdo nacional)?"

Cestari acrescenta que, se houver alguma ampliação nas compras de peças nacionais, pode ser por causa do câmbio. Isso porque o dólar começou a se valorizar frente ao real a partir de setembro

Fonte: Diário do Grande ABC

Heller do Brasil fabrica os primeiros centros de usinagem da nova série

20/10/2011- CIMM

O mercado brasileiro está em alta para a Heller. A nova série de Centros de Usinagem, lançada mundialmente em setembro, na Emo Hannover, já estava no Brasil desde maio durante a Feimafe. A filial brasileira foi a primeira a levar o projeto e, após o conceito ser aprovado, ele foi adotado mundialmente. Outro motivo, de acordo com o diretor comercial da Heller, Augusto Mestre, é a força do mercado brasileiro no cenário mundial.

Seguindo as características de alta flexibilidade dos centros de usinagem horizontais da Heller, a série MC é adequada a múltiplas aplicações, como usinagem de material bruto ou pré-manufaturado, de peças mecânicas, em geral de ferro fundido, forjados e fundidos de aços e suas ligas, alumínio e suas ligas e outras ligas leves.

O Diretor Comercial da empresa conta que a máquina foi projetada através do modelo de cálculo de elementos finitos (FEM) o que levou a combinação de elevada rigidez estrutural da base e coluna das máquinas ao mesmo tempo em que é compacta e não tem necessidade de ancoragem. Augusto Mestre também destaca a maior capacidade de carga sobre a mesa e uma área de usinagem mais ampla.

Entre as capacidades da nova máquina estão cursos X-Y-Z de 630 a 800 mm e Fusos SK 40 (HSK 63) ou SK 50 (HSK 100), unidades de trabalho com maior potência, maior

torque e gamas de rotações, magazines de ferramentas com maior capacidade e variedade de geometrias.

Novas montadoras vão elevar em 2 milhões a produção de automóveis

20/10/2011- CIMM

As novas fábricas de automóveis que serão construídas até 2015 e a ampliação das já existentes vão adicionar ao mercado brasileiro uma capacidade produtiva similar a do Canadá, de 2 milhões de veículos ao ano. Apesar do significativo número de novas marcas que chegarão ao País, como as chinesas Chery e JAC, metade desse volume virá dos projetos de expansão das quatro maiores fabricantes atuais.

Fiat, Ford, General Motors e Volkswagen prometem adicionar quase 1 milhão de automóveis com ampliação de suas linhas ou construção de novas fábricas. Diante da ameaça asiática, as montadoras veteranas vão se esforçar para garantir suas posições no mercado brasileiro, um dos mais cobiçados no setor automobilístico mundial pelo fato de continuar crescendo em meio a uma crise global, ainda que mais lentamente.

A indústria local tem capacidade para produzir 4,3 milhões de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus por ano, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Com os projetos já anunciados, esse potencial vai a 6,3 milhões, dependendo da quantidade de turnos de trabalho em cada fábrica. Um crescimento de 46,5%.

A estimativa das fabricantes e das empresas de consultoria é de um mercado doméstico de 4 milhões de veículos em 2014, chegando a 5 milhões em 2018 e 6 milhões em 2020, incluindo importados. Grande parte dos planos anunciados vislumbra o consumo interno e alguma exportação a países da América do Sul.

Somente as associadas à Anfavea têm planos de investir US\$ 21 bilhões nos próximos cinco anos (média de US\$ 4,2 bilhões por ano), bem acima da média de 2007 a 2010 (US\$ 2,9 bilhões) e da fase anterior, de 2004 a 2006, quando foram investidos apenas US\$ 1,2 bilhão por ano.

Para o especialista em indústria automobilística e presidente do Lean Institute, José Roberto Ferro, apesar de toda a competição dos últimos anos com a chegada de novas marcas, as quatro grandes montadoras continuam dominando o mercado e a tendência é de que não ocorram mudanças significativas nessa lista.

"Nos próximos cinco anos não vai mudar nada, e as quatro grandes continuarão na frente", avalia Ferro. Segundo ele, além de ampliar capacidade produtiva, essas companhias têm rede de distribuição por todo o País.

Ferro admite, entretanto, que a fatia do grupo no bolo de vendas possa ser menor que a atual. Hoje, Fiat, Volkswagen, GM e Ford detêm 67% das vendas totais de carros novos, participação que era de 85% em 2000.

Espaço. As novatas que chegam para dividir ainda mais o bolo do mercado brasileiro, quarto maior do mundo, atrás de China, EUA e Japão, são as chinesas Chery, JAC, Lifan e Great Wall, a coreana Hyundai, a japonesa Suzuki e talvez a alemã BMW.

"Um mercado como o nosso atrai todo o mundo, e certamente haverá uma divisão maior na participação do mercado de cada marca, mas há espaço para todos", diz André Beer, ex-dirigente da GM do Brasil e sócio da André Beer Consult & Associados.

Com dinheiro em caixa e seguindo desafio da matriz alemã de fazer do grupo o maior do mundo até 2018, a Volkswagen do Brasil vai decidir nos próximos meses se amplia uma das três fábricas (São Bernardo, Taubaté ou São José dos Pinhais) ou se constrói mais uma filial.

O grupo tem capacidade para produzir 3,5 mil carros por dia e vai ampliar para 4 mil a 4,5 mil, diz o presidente da VW do Brasil, Thomas Schmall. O plano de investimento de R\$ 8,7 bilhões para 2010-2016 será reforçado.

As japonesas Toyota e Nissan também terão mais uma fábrica cada, respectivamente em Sorocaba (SP) e Resende (RJ).